



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS  
Seção de Suporte Administrativo e Operacional - SSJ de Sete Lagoas  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SETE LAGOAS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais/equipamentos diversos para montagem da sala de perícia da Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal em Curvelo-MG.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DE MATERIAL/SERVIÇO	PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA	ENDEREÇO DE EXECUÇÃO/ENTREGA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR
1	Divã para exame clínico, de acordo com as especificações técnicas contidas no item 4.2.1	436686	10 dias, após emissão da nota de empenho	Rua 21 de abril, 43, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-405 UAA-Curvelo	01	R\$797,95	
2	Escada de dois degraus, de acordo com as especificações técnicas contidas no item 4.2.1	473316	10 dias, após emissão da nota de empenho	Rua 21 de abril, 43, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-405 UAA-Curvelo	01	R\$197,95	
3	Negatoscópio de parede, de acordo com as especificações técnicas contidas no item 4.2.1	421216	10 dias, após emissão da nota de empenho	Rua 21 de abril, 43, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-405 UAA-Curvelo	01	R\$497,95	
4	Esfigmomanômetro, de acordo com as especificações técnicas contidas no item 4.2.1	435624	10 dias, após emissão da nota de empenho	Rua 21 de abril, 43, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-405 UAA-Curvelo	01	R\$88,95	
5	Balança digital, de acordo com as especificações técnicas contidas no item 4.2.1	415972	10 dias, após emissão da nota de empenho	Rua 21 de abril, 43, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-405 UAA-Curvelo	01	R\$113,30	
6	Goniômetro, e acordo com as especificações técnicas contidas no item 4.2.1	483725	10 dias, após emissão da nota de empenho	Rua 21 de abril, 43, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-405 UAA-Curvelo	01	R\$24,95	
							R\$

1.2. A contratação será com fundamento legal no art. 75, inciso II, da Lei n.14.133/2021. Referências às normas anteriores relativas ao TRF1 estão sendo aplicadas por força do art. 205 do Regimento Interno do TRF6, aprovado pela [Resolução Presi n. 14, de 6 de outubro de 2022](#).

1.3. A contratação será, preferencialmente, com Microempresas/Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) em observância às disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2- Considerando o Despacho SJMG-Secad 647 (0720402) e a necessidade de equipar a sala de perícias da Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal em Curvelo-MG, visando à realização de perícias na própria UAA, torna-se crucial para garantir uma prestação de serviço de maior qualidade ao jurisdicionado da região. Além disso, essa medida proporciona a diminuição do deslocamento físico das partes e dos advogados para a sede da Subseção Judiciária de Sete Lagoas.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Aplicam-se a contratada os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica indicadas nos diplomas legais federais, especialmente os referenciados no [Manual de Sustentabilidade das Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal \(CJF\)](#) e no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#) e na Lei 14.133/2021.

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO:

Quant.	Descrição

01	Divã para exame clínico com cabeceira regulável e suporte para lençol de papel de 50 cm. Dimensões: 1,80 m x 0,65 cm x 0,80 cm. - Leito estofado com cabeceira regulável através de cremalheira; - Armação tubular, pés com ponteiros de borracha, acabamento em pintura esmaltada; - Dimensões Aproximadas: 1,80 x 0,50 x 0,80m; - Capacidade até 120 KG; - Acompanha suporte de lençol de papel; - Cor da Estrutura: Branco - Estofado: Preto.
01	Escada de dois degraus, dimensões: 0,50 cm x 0,37 cm x 0,38 cm, estáveis e resistentes, piso antiderrapante, de ferro, cor branca. - Escadinha com 02 degraus em tubos de aço esmaltado branco; - Piso em Chapa de Aço; - Rev estido em borracha antiderrapante; - Capacidade de 150Kg; - Pés com ponteiros de borracha; - Largura 40cm x Altura 35cm X Comprimento 47cm.
01	Negatoscópio de parede para visualização de filmes de raio x (1 corpo), de aço, cor branca, bivolt, com lâmpada de LED. Características do Negatoscópio 01 Corpo em LED - Carbono 0,90mm para fins de diagnóstico de imagens analógicas ou digitais; - Construído em chapa de aço carbono 0,90mm; - Pintura eletrostática a pó na cor branco; - Parte frontal em acrílico translúcido branco leitoso; - Iluminação 15w 6500k por corpo; - Luminância aproximada de 2000 nits; - Dimensões externas: 380 x 100 x 485mm; - Dimensões área de leitura: 360 x 410mm.
01	Esfigmomanômetro aneróide com manguito de látex, sem estetoscópio, de braço, fecho de velcro, com estojo de viagem e certificação do INMETRO. O esfigmomanômetro aneróide Premium ( aparelho de pressão ) é verificado e aprovado pelo IMETRO, possui manguito e pêra em PVC, braçadeira em nylon algodão e fecho em velcro. Verificado e aprovado pelo IMETRO; Manguito com pêra em PVC; Braçadeira em nylon; Estojo para viagem. Acompanha: 01 Manômetro 0 - 300 mmHg 01 Braçadeira 01 Válvula de deflação 01 Pêra 01 Estojo para viagem
01	Balança digital para banheiro capacidade 180 kg, de vidro, com piso antiderrapante e transparente.
01	Goniômetro em plástico transparente indicado para medir a amplitude de movimento das articulações. - f ulcro da articulação a ser examinada. - Sistema de transferidor de 0° a 360° . - Medidas aproximadas 21,0 x 5cm (CxL).

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1 Os equipamentos/materiais deverão ser entregues na Rua 21 de abril, 43, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-405, em data e horário comercial previamente acordados com a Seção de Suporte Administrativo e Operacional- SESAP/SLA, no telefone (31)2106-8004.

5.2 Todos os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da comunicação da emissão da Nota de Empenho.

5.3 - A empresa deverá responsabilizar-se por todas as despesas incidentes, direta ou indiretamente, na aquisição e entrega dos equipamentos e componentes, tais como impostos, taxas, seguros, embalagens, carga, descarga, licenças, alvarás, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outros, devidos e indispensáveis à perfeita execução do objeto da presente aquisição.

5.4 - Os equipamentos e componentes deverão ser entregues embalados, contendo as indicações de marca, fabricante, procedência e prazo de validade, quando se aplicar, de acordo com a legislação em vigor.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O serviço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com este instrumento e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A CONTRATADA prestará garantia mínima de 12 (doze) meses para equipamentos e 3 meses para acessórios, contra defeitos de fabricação.

### Do recebimento

6.3 Será verificada a conformidade do equipamento e componentes com as especificações constantes desse Termo de Referência, juntamente com a CONTRATADA, que participará dos testes de verificação de conformidade.

6.4 Verificada a não conformidade do equipamentos e componentes, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da recusa, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.5 A Subseção Judiciária de Sete Lagoas anuirá a prestação da seguinte forma:

- **Provisoriamente** – O recebimento provisório se dará em 02 (dois) dias úteis após a entrega do equipamento e componentes pela CONTRATADA.

- **Definitivamente** – no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após o recebimento provisório.

### Liquidação

6.6 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.6.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite atualizado de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.7 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.8 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

#### **Prazo de pagamento**

6.9 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.10 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Considerando a necessidade urgente de equipar a Unidade Avançada em Curvelo sugerimos que a contratação ocorra sem disputa, pois é imprescindível que os equipamentos sejam adquiridos com a máxima agilidade, para assegurar a efetiva prestação jurisdicional na Cidade de Curvelo e região.

### **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O menor custo estimado da aquisição dos materiais/equipamentos é de R\$ 1.721,05 (um mil setecentos e vinte e um reais e cinco centavos), conforme planilha de custos e proposta, id. 0736351 e id. 0736354, respectivamente.

8.2 A CONTRATADA deverá incluir em sua proposta todas as despesas inerentes ao fornecimento dos bens objeto deste termo de referência.

### **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e/ou Contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e/ou Contrato e seus anexos;

9.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do estabelecido no Termo de Referência e/ou Contrato;

9.1.7. Cientificar a autoridade competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos do Art.49 da Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pela contratante no acompanhamento e fiscalização da contratação (art. 137, II);

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 10.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.5. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 10.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.7. Manter durante o prazo de execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação ou qualificação na contratação direta;
- 10.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 11. SANÇÕES

11.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de:
- b.1) **0,5%** ao dia sobre o valor contratado, limitada a incidência a 10 (dez) dias, em razão do atraso injustificado na entrega dos bens objeto do contrato, ou descumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos;
- b.2) **10%** sobre o valor contratado, em caso de entrega parcial dos bens objeto do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
- b.3) **15%** sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região pelo prazo de até 03 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

## 12. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 12.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.
- 12.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.
- 12.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).
- 12.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.
- 12.3.1. Para os fins de publicidade e transparência ativa sobre as contratações da Seccional, adota-se o entendimento do Parecer n. 00295/2020/CONJUR-CGU/CGU/AGU ([Parecer 295 2020 CONJUR CGU CGU AGU.pdf](#))<sup>2</sup>, segundo o qual tratamento de dados na contratação de microempreendedor individual (MEI) contempla a divulgação de nome da pessoa física e do CPF, por serem dados que compõem, obrigatoriamente, a identificação empresarial.
- 12.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.
- 12.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.
- 12.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).
- 12.7. Até a superveniência de regimento próprio, a atuação do TRF6 em relação aos dados pessoais dos contratados será regida pela Política de Proteção de Dados Pessoais – PPDP da Justiça Federal da 1ª Região, nos termos da Resolução PRESI 49/2021 ([TRF1 - Resolução institui a Política de Proteção de Dados Pessoais \(PPDP\) a ser adotada pela Justiça Federal da 1ª Região](#)), notadamente pelos Art. 3º, 10, 11, 13 e 17, sem prejuízo da transparência ativa imposta pela legislação vigente:

“Art. 3º A PPDP se aplica a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada pela Justiça Federal da 1ª Região, por meio do relacionamento com os usuários de serviços jurisdicionais e com os magistrados, servidores, colaboradores, fornecedores e terceiros, que fazem referência aos dados pessoais custodiados dessas relações.

Art. 10. Em atendimento a suas competências legais, a Justiça Federal da 1ª Região poderá, no estrito limite das atividades jurisdicionais, tratar dados pessoais com dispensa de obtenção de consentimento pelos respectivos titulares.

Parágrafo único. Eventuais atividades que transcendam o escopo da função jurisdicional estarão sujeitas à obtenção de consentimento dos interessados.

Art. 11. A Justiça Federal da 1ª Região deve manter contratações com terceiros para o fornecimento de produtos ou a prestação de serviços necessários a suas operações. Esses contratos poderão, conforme o caso, sem prejuízo da transparência ativa imposta pela legislação vigente, importar em disciplina própria de proteção de dados pessoais, a qual deverá estar disponível a ser consultada pelos interessados.

Art. 13. A responsabilidade da Justiça Federal da 1ª Região pelo tratamento de dados pessoais se sujeita aos normativos de proteção de dados vigentes, além do dever de empregar boas práticas de governança e segurança.

Art. 17. O uso compartilhado de dados será realizado no cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, com organizações públicas ou privadas, de acordo com a finalidade admitida na legislação pertinente, resguardados os princípios de proteção de dados pessoais."

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2. Para se dar cumprimento ao artigo 6º, XXIII, "j", da lei 14133/21, a declaração orçamentária da SEORC, a ser feita posteriormente, será parte integrante deste TR, sendo a ele anexada para todos os fins.



Documento assinado eletronicamente por **Rosemary Gonçalves Leiva, Supervisor(a) de Seção**, em 23/05/2024, às 11:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0777971** e o código CRC **8D94BEEC**.